

# Resumo

**Simpósio Temático**  
Cidades, Políticas Públicas e Sustentabilidade

## ANÁLISE DAS EFETIVIDADES SOCIAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM MUNICÍPIOS GOIANOS: INCLUSÃO SOCIAL E FORMAS ESPÚRIAS.

Rosana Machado de Souza (UniEVANGÉLICA - rosanaueg@hotmail.com);  
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida (Universidade Federal de São Carlos)

### RESUMO

O presente artigo discorre sobre as formas de acesso no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no cumprimento das ações e elementos que promovam a Segurança Alimentar, tratada de maneira ampla, para as famílias de agricultores familiares em municípios goianos, em específico, dos municípios de Anápolis e Jaraguá. Por meio da análise de efetividade social do Agricultor Familiar (AF) no acesso ao PNAE, de modo a diagnosticar as formas de inclusão social destas famílias no programa. Identificando as formas que promovem a inclusão social da AF, ou ainda, a outra que não alcança essa dimensão, classificada como espúrias. Esta discussão sobre as formas de acessar o PNAE conta o arcabouço teórico da Segurança Alimentar das famílias de AF, por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

**Palavras-Chave:** Alimentação Escolar; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar; Inclusão Social.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. M. C. et al. Consórcios diferenciados de citricultores no Estado de São Paulo: formas “espúrias” ou redes de inclusão social? *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 37, n. 3, p.39-51, mar. 2007.

ALMEIDA, L. M. M. C. *Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas*. Campinas: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. 220 p. Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.

ANÁPOLIS. Prefeitura Municipal. Informações do município. 2012. Disponível em: <<http://www.www.anapolis.go.gov.br/portal/secretarias>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

# Resumo

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 6023.

Informação e documentação: Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de junho de 1993.

\_\_\_\_\_. Comitê Nacional para a Cúpula Mundial de Alimentação, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 10.696, de 02 de julho de 2003. Instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação.

\_\_\_\_\_. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de setembro de 2006a.

\_\_\_\_\_. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de julho de 2006b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Segurança Alimentar e nutricional: trajetória e relatos da construção de uma política nacional / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de junho de 2009a.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 38, 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, DF, 2009b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Consulta de DAP por município. 2012<sup>a</sup>. Disponível em: <[www.mda.org](http://www.mda.org)>. Acesso em: 10 fev.2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 25, de 4 de julho de 2012. Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, DF, 2012b.

# Resumo

\_\_\_\_\_. Resolução nº 8, de 14 de maio de 2012. Altera os valores per capita da educação infantil PNAE. Brasília, DF, 2012c.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Histórico do PNAE. 2012d. Disponível em: < [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).> Acesso em: 12 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação escolar. 2012e. Disponível em: < [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).> Acesso em: 16 de nov. 2012.

CASTRO, D.G.; CARVALHO, V. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. 2009. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/o/3801511>>. Acesso em: 20 out. 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 151.

CONSTRUÇÃO DO SISTEMA E DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. Brasília: CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Nov. 2009.

GESTOR LOCAL. Gestor Local: entrevista [out. 2012]. Entrevistadora: SOUZA, M. R: Anápolis: Secretaria Municipal de Alimentação Escolar (SEMAE), 2012. Entrevista concedida às Efetividades e Entraves do território do programa nacional de alimentação escolar: um panorama da segurança alimentar dos agricultores familiares de Anápolis e Jaraguá/Anápolis-GO.

HILL, M. M.; HILL, A. Investigação por Questionário. Lisboa: Sílabo, 2000. 377 p.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) 2004/2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IMB/SEPLAN- Instituto Mauro Borges- Secretaria de Planejamento de Estado de Planejamento e Orçamento – Estatísticas Municipais e Perfil dos Municípios Goianos. Disponível em : <[www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)>. Acesso em : 15 mar. 2012

KEPPLE, A.W.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.16, ano1, p. 187-199, 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000100022](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100022) > Acesso em: 15 mar. 2012.



# Resumo

PAULILLO, Luiz Fernando; ALMEIDA, Luiz Manoel de. Redes de Segurança Alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 1, n. 12, p.26-44, 2005.

PAULILLO, Luiz Fernando; ALMEIDA, Luiz Manoel de. Pesquisa do perfil da Segurança Alimentar, socioeconômica e sóciodemográfica de produtores rurais do território de Lagoa do Sino, 2009. Adaptado para município de Anápolis e Jaraguá. (Anexo B).

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, RS, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

SEGALL- CORRÊA, A.M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, ano 60, p. 143-154, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000200012&script=sci_arttext) > Acesso em: 15 mar. 2012.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? *Democracia Viva*, n. 39 (jun), p. 68-73, 2008.